

## **MELO, NÉLSON DE**

\*militar; rev. 1924; rev. 1930; interv. AM 1933-1935; ch. pol. DF 1943-1944; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1956-1961; comte II Ex. 1961-1962; min. Guerra 1962; rev. 1964.

*Nélson de Melo* nasceu em Santana do Livramento (RS) no dia 20 de agosto de 1899, filho de Francisco Antônio de Siqueira e Melo, oficial do Exército, e de Maria Isabel de Aguiar Melo.

Após cursar o Colégio Militar de Porto Alegre, sentou praça em março de 1917 matriculando-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Declarado aspirante a oficial em janeiro de 1922, foi classificado no 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, onde foi promovido a segundo-tenente em abril. Em novembro foi transferido para o 11º Regimento de Infantaria (RI), em São João del Rei (MG), e ali permaneceu até setembro de 1923, quando, promovido a primeiro-tenente, foi transferido para o 7º RI, em Santa Maria (RS). Em 1924 foi transferido para o 4º RI, em Quitaúna (SP).

### **DE 1924 A 1930**

Em julho de 1924, aderiu ao movimento revolucionário deflagrado em São Paulo pelo general Isidoro Dias Lopes. Na madrugada do dia 5, tomou o quartel de Quitaúna, juntamente com os tenentes Orlando Ribeiro e Custódio de Oliveira. Os rebeldes, depois de ocupar a capital paulista por três semanas, deslocaram-se para o interior, até o oeste do Paraná. Cercado em Catanduvas (PR) após quatro meses de combates contra o general Cândido Rondon, Nélson de Melo foi preso em março de 1925, quando o reduto revolucionário caiu, depois de esgotados alimentos e munição.

Conduzido a São Paulo, ficou preso dois anos, enquanto aguardava o desfecho do processo a que foi submetido por deserção e rebelião. Julgado em 1927, foi condenado a dois anos de prisão, mas foi solto por já ter cumprido a pena. Em liberdade, viajou para o Rio de Janeiro e ali foi novamente preso, porque a promotoria recorrera ao Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de cumprir mais de um ano de prisão na fortaleza de Santa Cruz, o Supremo confirmou a pena anterior, e foi novamente posto em liberdade. De volta às fileiras do Exército, tomou parte na Revolução de 1930, conspirando no Rio de Janeiro e

em Minas Gerais e participando das operações militares neste último estado.

#### DE 1930 A 1945

Vitorioso o movimento de 1930, integrou o Clube 3 de Outubro, entidade organizada em 1931 para aglutinar as correntes tenentistas. Servia na época no 2º RI no Rio. Em agosto, foi promovido a capitão e transferido para Pernambuco, onde, a convite do interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti, assumiu a Secretaria de Segurança Pública. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, solidarizou-se por telegrama com o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, e ofereceu tropas para marchar contra os insurretos. Deixando Pernambuco, no dia 25 de julho incorporou-se às forças em operação no setor de Parati (RJ), participou de combates e comandou interinamente o Destacamento João Alberto. Derrotada a revolução, retornou a Pernambuco.

Em setembro de 1933, a convite de Vargas, tornou-se interventor federal no Amazonas em substituição a Antônio Rogério Coimbra, demissionário por motivo de saúde. Após uma administração caracterizada pela austeridade, foi substituído em fevereiro de 1935 por Álvaro Botelho Maia, eleito governador pela Assembleia Constituinte estadual dentro do processo de reconstitucionalização dos estados.

De volta ao Rio de Janeiro, matriculou-se ainda em 1935 na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e cursou a Escola de Infantaria. Em janeiro de 1936, foi designado para o 14º RI, em São Gonçalo (RJ), de onde saiu em 1937 para exercer a função de assistente de gabinete do general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, no Estado-Maior do Exército.

Promovido a major por merecimento, em setembro de 1937 foi designado para o comando do 9º Batalhão de Caçadores, em Caxias do Sul (RS). No ano seguinte, serviu no estado-maior da 3ª Divisão de Infantaria (DI), em Porto Alegre. Estagiou na Escola de Aviação Militar e cursou, entre 1939 e 1940, a Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio. Em 1941, foi subcomandante do 14º RI, em São Gonçalo. Em maio de 1942 foi promovido a tenente-coronel por merecimento, ainda nesse ano comandou o Batalhão de Guardas do Distrito Federal. Em janeiro de 1943 regressou ao 14º RI, agora como comandante. Em agosto foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal, em substituição ao general Alcides Etchegoyen.

Embora fosse sua função reprimir manifestações oposicionistas, acompanhando o processo de desagregação do Estado Novo, pôde contemporizar com relação a algumas diretrizes governamentais. As atividades da Sociedade Amigos da América (SAA) foram um exemplo desse comportamento. Entidade oposicionista organizada em torno de um programa democrático, a SAA pôde, durante o período em que Néelson de Melo foi chefe de polícia, trabalhar livremente, conforme ela própria reconheceu em manifesto de março de 1945, quando foi fechada por Vargas.

O órgão que dirigia foi transformado em março de 1944 no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Promovido a coronel por merecimento em junho seguinte, Néelson de Melo foi obrigado a deixar a chefia de polícia por força de um aviso recente que estabelecia a incompatibilidade entre oficiais promovidos por merecimento e cargos civis. No depoimento que prestou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), explicou que desde a divulgação do *Manifesto dos mineiros* (outubro de 1943) temia que Vargas ordenasse a prisão de seus signatários, hipótese que não lhe agradava. Sua promoção teria sido, portanto, um bom pretexto para deixar o cargo sem precisar pedir exoneração.

Em setembro de 1944, embarcou para a Itália integrando um dos escalões da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A partir de novembro, no comando do Destacamento Néelson de Melo, participou das tentativas e da tomada de Monte Castelo, finalmente consumada no dia 21 de fevereiro de 1945. Designado pouco depois comandante do 6º RI, conhecido como Regimento Ipiranga, participou da ofensiva do vale do Pó, que resultou na rendição incondicional da 148ª Divisão de Infantaria alemã, dos remanescentes da 90ª Divisão Panzer e da Divisão Bersaglieri Itália, totalizando mais de 16 mil prisioneiros. Regressou com a FEB ao Brasil em julho de 1945.

Ainda em 1945, assumiu o comando do 2º Regimento de Infantaria, no Distrito Federal, posto em que permaneceria até o ano seguinte, quando foi designado para a chefia do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI), também na capital da República. Em setembro de 1945, participou de uma reunião na casa de João Alberto Lins de Barros, então chefe de polícia do Distrito Federal, à qual compareceram, entre outros oficiais, o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, os generais Newton Estillac Leal, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o tenente-coronel Jurandir de Bizarria

Mamede. Preocupados com a forma como se daria a transição do regime ditatorial do Estado Novo para um regime democrático, os oficiais discutiram a conveniência da realização das eleições presidenciais previstas para dezembro.

Nélson de Melo, entre outros, foi simpático ao golpe militar que depôs Vargas em outubro de 1945. De 1946 a 1950, chefiou o estado-maior da Zona Militar Leste — precursora do atual I Exército — e da 1ª Região Militar, ambas sediadas no Distrito Federal.

### A DÉCADA DE 1950

Promovido a general de brigada em abril de 1950, Nélson de Melo concorreu por essa época às eleições para a presidência do Clube Militar na chapa encabeçada por Cordeiro de Farias e Emílio Ribas Júnior, contra a chapa formada por Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa. O grande tema da campanha foi a política do petróleo no país. A chapa apoiada por Nélson de Melo defendia a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo nacional, enquanto seus adversários postulavam a implantação do monopólio estatal da indústria petrolífera. A disputa transcendeu o âmbito da corporação militar, representando uma definição da oficialidade a respeito de um tema que, naquele momento, antagonizava as principais correntes de opinião no país. A vitória da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa contribuiu para intensificar a participação dos militares na definição de uma política petrolífera nacional.

Ainda em 1950, Nélson de Melo foi nomeado comandante da 2ª Brigada Mista, sediada em Corumbá (MT), e assumiu o subcomando interino da 9ª Região Militar, também em Mato Grosso. Exerceu essas funções até o ano seguinte, quando, em março, foi designado subcomandante da 4ª DI, em Minas Gerais. Em 1951, representou o governo brasileiro na cerimônia de inauguração da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.

Em maio de 1952, participou novamente das eleições no Clube Militar, dessa vez como candidato à vice-presidência na chapa encabeçada pelo general Alcides Etchegoyen, autodenominada Cruzada Democrática, concorrendo com a chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, candidatos à reeleição caracterizados como nacionalistas. Após intensa campanha eleitoral, mais uma vez centrada nos problemas da exploração do petróleo e do capital estrangeiro, a chapa de Nélson de Melo saiu vitoriosa, com cerca do dobro de votos da concorrente.

Nélson de Melo cursou a Escola Superior de Guerra, diplomando-se em novembro de 1952. Em dezembro, assumiu o comando da Infantaria Divisionária da 1ª DI, na Vila Militar do Rio de Janeiro, até o ano seguinte. A convite do governo dos Estados Unidos, visitou aquele país em junho de 1954.

Com a crise político-militar deflagrada pelo envolvimento da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas no atentado da Tonelero, que visava o jornalista Carlos Lacerda e vitimou o major-aviador Rubens Vaz, Nélson de Melo foi cogitado, no dia 5 de agosto de 1954, data do crime, pelo chefe do Gabinete Civil, Lourival Fontes, para ocupar a chefia de polícia do Distrito Federal em substituição ao general Armando de Moraes Âncora, desgastado no cargo. A proposta teria o apoio do vice-presidente João Café Filho, identificado com a oposição, mas não chegou a se concretizar. Na ocasião, segundo F. Zenha Machado, Nélson de Melo esteve para ser preso pelo ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, em virtude de uma informação prestada pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, segundo a qual não estaria disposto a defender o presidente da República em caso de sublevação militar.

Em março de 1955 Nélson de Melo assumiu a Diretoria de Recrutamento do Exército, no Rio, e em junho, o comando da 5ª DI, sediada em Ponta Grossa (PR). Em 11 de novembro, apoiou o movimento militar liderado pelo general Henrique Lott que, visando assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, provocou o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho, licenciado, e empossou na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. Tendo sido decretado pouco depois o estado de sítio em todo o país, Nélson de Melo exerceu a função de delegado executor dessa medida constitucional no Paraná.

Com a posse de Juscelino Kubitschek na chefia do governo, Nélson de Melo foi nomeado, em janeiro de 1956, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, função que exerceria durante toda aquela administração. Foi, assim, um dos coordenadores da ação militar que reprimiu em uma semana a Revolta de Jacareacanga, deflagrada em fevereiro de 1956 no Pará por uns poucos oficiais da Aeronáutica sob a liderança do major-aviador Haroldo Veloso e do capitão-aviador José Chaves Lameirão.

Promovido a general de divisão em novembro de 1956 e a general de exército em novembro de 1959, em dezembro desse ano ajudou a debelar o levante militar chefiado

pelo tenente-coronel aviador João Paulo Burnier e pelo major aviador Haroldo Veloso, os quais, à frente de uns poucos aderentes, apoderaram-se durante três dias de Aragarças, localidade de Goiás, em protesto contra os rumos políticos que tomava o governo de Juscelino.

Em fevereiro de 1961, Néelson de Melo passou a chefiar a delegação brasileira à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual presidiu nessa mesma época. Durante a crise político-militar deflagrada em agosto com a renúncia do presidente Jânio Quadros e o veto dos três ministros militares — marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss — à posse do vice-presidente João Goulart, integrou o grupo de generais do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, que se declararam dispostos a acatar a decisão que o Congresso tomasse em relação ao problema sucessório. Integravam o grupo, entre outros, os generais Osvino Ferreira Alves, Ladário Pereira Teles, Amauri Kruehl, Teles da Costa, Carlos Flores de Paiva Chaves e Idílio Sardemberg.

#### NO GOVERNO JOÃO GOULART

Equacionado o problema da sucessão presidencial com a aprovação da emenda parlamentarista em setembro de 1961, Néelson de Melo foi nomeado no mês seguinte, pelo presidente João Goulart, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, principal centro industrial do país e palco de intensa atividade política e sindical. Em março de 1962, foi procurado pelo general Olímpio Mourão Filho, o qual, conforme registro em seu diário, colocou-o a par do golpe militar que vinha articulando no Sul do país com o objetivo de depor o governador gaúcho, Leonel Brizola, e em seguida marchar para São Paulo e Rio. Convidado a aderir, Néelson de Melo teria respondido: “Estamos no mesmo barco. Aqui em São Paulo já há uma intranquilidade imensa.”

Em julho de 1962, Néelson de Melo foi nomeado ministro da Guerra. Naquele momento, intensificava-se a campanha do presidente João Goulart e das forças que o apoiavam pela restauração dos poderes presidenciais, limitados pela adoção do sistema parlamentarista. A política nacional passou a gravitar em torno da forma de governo que se manteria no país. O primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha tentou antecipar a convocação do plebiscito que decidiria a questão, previsto pela emenda parlamentarista para começo de 1965. Em agosto de 1962, os ministros militares, até então refratários à ideia da antecipação

do plebiscito, declararam apoiá-la. Logo em seguida, refletindo as divergências que a questão suscitava nas forças armadas, Nélson de Melo recebeu do general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, o aviso de que não poderia garantir a ordem “se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou, no máximo, simultaneamente com as eleições de outubro próximo”. Esta era exatamente a posição defendida por João Goulart. Nélson de Melo respondeu, reivindicando para si a competência para, como ministro da Guerra e membro do conselho de ministros, opinar sobre a fixação da data do plebiscito. Afirmou ainda, diante do telegrama do general Dantas Ribeiro, que “manifestações dessa natureza, partidas de escalões subordinados, não se coordenam com a disciplina”.

Mourão Filho também registrou em seu diário que, na época em que se discutia a convocação do plebiscito, o general Amauri Kruel, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, teria planejado um golpe militar, com o fechamento do Congresso e a edição de um ato institucional conferindo poderes excepcionais ao presidente João Goulart. Contrário à idéia, Nélson de Melo teria sido pressionado por Brochado da Rocha a exonerar-se. De fato, o próprio primeiro-ministro renunciou no dia 14 de setembro, provocando a queda de todo o gabinete e, em consequência, a de Nélson de Melo, substituído pelo general Amauri Kruel.

O plebiscito, realizado em janeiro de 1963, determinou o retorno ao sistema presidencialista, devolvendo ao presidente João Goulart a plenitude dos poderes que a emenda parlamentarista limitara. Diante da decisão resultante do voto popular, intensificaram-se as articulações visando derrubar o governo. Um dos líderes da conspiração era o general Odílio Denis, em cuja residência se realizavam muitas reuniões, frequentadas por Nélson de Melo e outros oficiais, como o marechal do ar Eduardo Gomes e o general Osvaldo Cordeiro de Farias, além de civis, como o jurista Francisco Campos e o juiz Antônio Neder. Segundo Hélio Silva, Nélson de Melo participou, por volta de outubro, de uma reunião no Rio na casa de José Monteiro de Castro, deputado federal da União Democrática Nacional (UDN), na qual o governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, se teria prontificado a “colocar Minas em condições de promover a rebelião armada contra os desmandos do governo federal”. Juntamente com outras personalidades de projeção nos meios militares, como os generais Cordeiro de Farias, Golberi do Couto e

Silva e Artur da Costa e Silva, Nélson de Melo frequentou a casa do marechal Eurico Dutra, onde os líderes da conspiração no Rio de Janeiro buscavam orientação política.

Em dezembro de 1963, Nélson de Melo foi transferido para a reserva no posto de marechal. No dia 19 de março de 1964, participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu em São Paulo mais de quinhentas mil pessoas em protesto contra o governo João Goulart.

No dia 31 de março de 1964, segundo depoimento de Herman de Moraes Barros, civil integrante do grupo conspirador de São Paulo, Nélson de Melo chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Belo Horizonte, para, juntamente com o general Cordeiro de Farias, organizar uma frente com o objetivo de enfrentar o III Exército, comandado pelo general Benjamim Rodrigues Galhardo, que se mantinha fiel ao governo João Goulart.

Nélson de Melo foi reformado em junho de 1969. Em 1970, passou a integrar a diretoria da empresa Ericson do Brasil, com matriz na Suécia. Tornou-se também membro do conselho consultivo do Grupo Safra e do Banco Safra S.A. Foi ainda membro do conselho fiscal e sócio benfeitor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 3 de janeiro de 1989.

Era casado com Odete Guimarães Santos Melo, com quem teve uma filha.

O arquivo de Nélson de Melo encontra-se depositado no Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas.

*Renato Lemos*

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARROS, J. *Memórias*; BRAYNER, F. *Verdade*; CASTELO BRANCO, C. *Introdução*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORTÉS, C. *Homens; Efemérides Paulistas; Encic. Mirador*; ENTREV. GUEDES, P.; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FRANCO, A. *Escalada; Globo* (8/4/1983, 4, 5, 10/1/1985); *Grande encic. Delta; Jornal do Brasil* (29, 31/1, 19/3, 27/7/1976, 4/1/1989); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1958); *Ministros da Justiça*; MORAIS, J. *FEB; Opinião* (13/12/1974); POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1964; SODRÉ, N. *História militar; SODRÉ, N. Memórias*; SOUSA, J. *Índice*.